

Quadro Comparativo entre a Lei nº 9.503, de 1997, o Projeto de Lei do Senado nº 168, de 1999, e o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto

1

Lei nº 9.503, de 1997	Projeto de Lei do Senado nº 168, de 1999	Substitutivo da Câmara
Institui o Código de Trânsito Brasileiro.	Altera <u>o art.</u> 143 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, de modo a disciplinar a habilitação de condutores de <u>combinações de veículos</u> .	Altera <u>os arts. 140,</u> 143, <u>144 e 147</u> da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, de modo a disciplinar a habilitação de condutores de <u>veículos automotores</u> .
		Art. 1º Esta Lei altera os arts. 140, 143, 144 e 147 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, estabelecendo novas condições para a apuração dos exames de habilitação e para a habilitação de candidatos que pleiteiam conduzir apenas tratores e máquinas agrícolas.
		Art. 2º O art. 140 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 140. A habilitação para conduzir veículo automotor e elétrico será apurada por meio de exames que deverão ser realizados <u>junto ao</u> órgão ou entidade executivos do Estado ou do Distrito Federal, <u>do domicílio ou residência do candidato, ou na sede estadual ou distrital do próprio órgão,</u> devendo o condutor preencher os seguintes requisitos: 		“Art. 140. A habilitação para conduzir veículo automotor e elétrico será apurada por meio de exames que deverão ser realizados <u>no</u> órgão ou na entidade executivos <u>de trânsito</u> do <u>s</u> Estado <u>s</u> ou do Distrito Federal, devendo o condutor preencher os seguintes requisitos:

Quadro Comparativo entre a Lei nº 9.503, de 1997, o Projeto de Lei do Senado nº 168, de 1999, e o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto

2

Lei nº 9.503, de 1997	Projeto de Lei do Senado nº 168, de 1999	Substitutivo da Câmara
II - saber ler e escrever;		II - saber ler e escrever, <u>exceção feita aos condutores dos veículos relacionados no art. 144;</u>” (NR)
	Art. 1º O inciso V do art. 143 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:	Art. 3º O art. 143 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes <u>redações para o caput e para o inciso V, e com o acréscimo do seguinte § 2º, renumerando-se o atual § 2º para § 3º:</u>
Art. 143. Os candidatos poderão habilitar-se nas categorias de A a E, obedecida a seguinte gradação:	“Art. 143	“Art. 143. Os candidatos, <u>exceto os que pleiteiam habilitar-se somente para a condução dos veículos mencionados no art. 144 deste Código,</u> poderão habilitar-se nas categorias de A a E, obedecida a seguinte gradação:
V - Categoria E - condutor de combinação de veículos em que a unidade tratora se enquadre nas Categorias B, C ou D e cuja unidade acoplada, reboque, semi-reboque ou articulada, tenha seis mil quilogramas ou mais de peso bruto total, ou cuja lotação exceda a oito lugares, ou, ainda, <u>seja enquadrado na categoria trailer.</u>	V - Categoria E - condutor de combinação de veículos em que a unidade tratora se enquadre nas categorias B, C ou D e cuja unidade acoplada, reboque, semi-reboque, <u>trailer</u> ou articulada, tenha 6.000 (sis mil) quilogramas ou mais de peso bruto total, ou cuja lotação exceda a 8 (oito) lugares.” (NR)	V - Categoria E - condutor de combinação de veículos em que a unidade tratora se enquadre nas categorias B, C ou D e cuja unidade acoplada, reboque, semirreboque, <u>trailer</u> ou articulada tenha 6.000kg (seis mil quilogramas) ou mais de peso bruto total, ou cuja lotação exceda a 8 (oito) lugares.

Quadro Comparativo entre a Lei nº 9.503, de 1997, o Projeto de Lei do Senado nº 168, de 1999, e o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto

3

Lei nº 9.503, de 1997	Projeto de Lei do Senado nº 168, de 1999	Substitutivo da Câmara
	Art. 2º O art. 143 da Lei nº 9.503, de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando o atual § 2º como § 3º:	
	“Art. 143	
	§ 2º São os condutores de categorias B autorizados a conduzir <u>veículos definidos na categoria motor-casa</u> , nos termos do Anexo I, cujo peso não exceda a 6.000 (seis mil) quilogramas, ou cuja lotação não exceda a 8 (oito) lugares, excluído o motorista.	§ 2º São os condutores da categoria B autorizados a conduzir <u>veículo automotor de espécie motor-casa, definida</u> nos termos do Anexo I <u>deste Código</u> , cujo peso não exceda a 6.000kg (seis mil quilogramas), ou cuja lotação não exceda a 8 (oito) lugares, excluído o <u>do</u> motorista.” (NR)
§ 2º Aplica-se o disposto no inciso V ao condutor da combinação de veículos com mais de uma unidade tracionada, independentemente da capacidade de tração ou do peso bruto total.		
		Art. 4º O art. 144 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 144. <u>O</u> trator de roda, <u>o</u> trator de esteira, <u>o</u> trator misto ou <u>o</u> equipamento automotor destinado à movimentação de cargas ou execução de trabalho agrícola, de terraplenagem, de construção		“Art. 144. <u>O candidato, para habilitar-se exclusivamente à condução, inclusive na via pública, de</u> trator de roda, <u>de</u> trator de esteira, <u>de</u> trator misto ou <u>de</u> equipamento automotor

Quadro Comparativo entre a Lei nº 9.503, de 1997, o Projeto de Lei do Senado nº 168, de 1999, e o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto

4

Lei nº 9.503, de 1997	Projeto de Lei do Senado nº 168, de 1999	Substitutivo da Câmara
ou de pavimentação <u>só podem ser conduzidos na via pública por condutor habilitado nas categorias C, D ou E.</u>		destinado à movimentação de cargas ou execução de trabalho agrícola, de terraplenagem, de construção ou de pavimentação, <u>será submetido apenas ao exame de direção veicular específico e ao de aptidão física e mental.</u>
		<u>§ 1º Não se exigirá dos candidatos referidos no caput a prévia habilitação nas demais categorias nem a experiência em conduzir outros veículos.</u>
		<u>§ 2º Os condutores habilitados nas categorias B, C, D e E, independentemente da realização de exame de direção veicular específico, podem conduzir na via pública os veículos a que se refere o caput deste artigo.” (NR)</u>
		Art. 5º O § 2º do art. 147 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 147. O candidato à habilitação deverá submeter-se a exames realizados pelo órgão executivo de trânsito, na seguinte ordem: 		“Art. 147
§ 2º O exame de aptidão física e mental será preliminar e renovável a cada cinco anos, ou a cada três anos para condutores com mais de		§ 2º O exame de aptidão física e mental será preliminar e renovável a cada 5 (cinco) anos, ou a cada 3 (três) anos para condutores com mais de 65

Quadro Comparativo entre a Lei nº 9.503, de 1997, o Projeto de Lei do Senado nº 168, de 1999, e o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto

5

Lei nº 9.503, de 1997	Projeto de Lei do Senado nº 168, de 1999	Substitutivo da Câmara
sessenta e cinco anos de idade, <u>no local de residência ou domicílio do examinado</u>		(sessenta e cinco) anos de idade, <u>e realizado na entidade credenciada pelo órgão executivo de trânsito estadual ou do Distrito Federal</u>” (NR)
	Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.